

# SPE Formosa geração de Energia Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 254TR-080-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
<b>Demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em <b>31</b> de dezembro de <b>2024</b> e <b>2023</b>	<b>11</b>

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)

Brasil

T +55 11 3886-5100

[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Ao Administrador da  
**SPE Formosa geração de Energia Ltda.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Formosa geração de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Formosa geração de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted  
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

SPE Formosa Geração de Energia Ltda.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não-auditado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não-auditado)
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.288	12	Fornecedores	10	77	10.850
Contas a receber de clientes	6	277	-	Impostos e contribuições a recolher		112	24
Adiantamento fornecedores	7	437	4	Adiantamento clientes	11	545	-
Impostos a recuperar		2	-	Arrendamento Mercantil	12	168	-
Total do ativo circulante		<u>2.004</u>	<u>16</u>	Outras obrigações		94	-
				Total do passivo circulante		<u>996</u>	<u>10.874</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	8	25.062	17.255	Provisão desmobilização de ativo	9	502	-
Direito de uso arrendamento	12	1.487	-	Arrendamento Mercantil	12	1.308	-
Total do ativo não circulante		<u>26.549</u>	<u>17.255</u>	Total não circulante		<u>1.810</u>	<u>-</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	13	24.600	6.398
				Reserva de lucros		<u>1.147</u>	<u>(1)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>25.747</u>	<u>6.397</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>28.553</b></u>	<u><b>17.271</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>28.553</b></u>	<u><b>17.271</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Formosa Geração de Energia Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Nota <u>explicativa</u>	2024	2023 (não auditado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	1.369	-
DEPRECIAÇÃO - CUSTO	15	(325)	-
LUCRO BRUTO		<u>1.044</u>	<u>-</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	15	<u>(315)</u>	<u>(1)</u>
		<u>(315)</u>	<u>(1)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	564	-
Despesas financeiras	16	<u>(4)</u>	<u>-</u>
		<u>560</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL DO PERÍODO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>1.289</u>	<u>(1)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	17	(141)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>1.148</u>	<u>(1)</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

SPE Formosa Geração de Energia Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não-auditado)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	1.148	(1)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.148</u>	<u>(1)</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não-auditado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro do período		1.148	(1)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido			
aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social	17	(141)	-
Depreciação e amortização	8	334	-
Atualização monetária	9	(501)	-
Ajuste a valor presente	9	179	-
Provisão desmobilização de ativo	19	(663)	-
Juros sobre arrendamentos	12	(55)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(277)	(4)
Adiantamento fornecedores	7	(433)	-
Impostos a recuperar		(2)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	(10.773)	10.850
Impostos e contribuições a recolher		88	24
Adiantamento de clientes	11	686	-
Outras obrigações		94	-
Arrendamento Mercantil	12	1.544	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(8.771)</u>	<u>10.869</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	8	(25.396)	(17.255)
Baixa de Imobilizado		17.255	-
		<u>(16.913)</u>	<u>(6.386)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Integralização/Aumento de capital	13	18.202	6.398
Contraprestação paga de arrendamentos	12	(13)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>18.189</u>	<u>6.398</u>
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>1.276</u>	<u>12</u>
Saldo no início do período		12	-
Saldo no final do período		1.288	12
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>1.276</u>	<u>12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Formosa Geração de Energia Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas explicativa</u>	<u>Capital social</u>					<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Subscrito</u>	<u>Integralizado</u>	<u>a integralizar</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros a distribuir</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (não-auditado)		<u>6.398</u>	<u>6.398</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>6.397</u>
Aumento de capital		-	18.202	(3.101)	-	-	-	(3.101)
Constituição de capital	13	21.303	-	-	-	-	-	21.303
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.148	1.148
Constituição de reserva legal		-	-	-	57	-	(57)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	54	(54)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>27.701</u>	<u>24.600</u>	<u>(3.101)</u>	<u>57</u>	<u>54</u>	<u>1.036</u>	<u>25.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Formosa geração de Energia LTDA.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE Formosa geração de Energia LTDA., é uma sociedade limitada com sede Fazenda GO, S/N, 116km, 65 a esquerda, CEP: 73.819-000, Santa Rosa, Município de Formosa, Estado do Goiás, constituída em 07 de agosto de 2023, tem por objeto a realização de investimentos em equipamentos de geração de energia elétrica para fins de aluguel ou leasing operacional, de curta ou longa duração, sem operador.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis da Empresa, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2025.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

## 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### a) Resultados financeiros

#### Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro.

### b) Contas a Receber

As contas a receber originam-se principalmente originam-se principalmente aluguel ou leasing operacional de curta ou longa duração, conforme as operações habituais da empresa. Esses recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

### c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

### d) Arrendamentos

A empresa aluga áreas para a instalação de sua usina de geração de energia por meio de contratos de aluguel firmados por períodos fixos de longo prazo, podendo incluir opções de prorrogação.

Os contratos de arrendamento não possuem cláusulas restritivas. Os ativos e passivos decorrentes desses arrendamentos são inicialmente mensurados ao valor presente. O passivo de arrendamento corresponde ao valor presente líquido dos pagamentos futuros, que são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário. Essa taxa reflete o custo que o arrendatário teria para obter um financiamento equivalente ao valor do ativo arrendado, considerando um ambiente econômico similar e termos e condições comparáveis.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre a amortização do principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado ao longo do período do arrendamento, garantindo uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, considerando:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos efetuados antes ou na data inicial do arrendamento;
- Custos diretos iniciais; e
- Custos estimados de restauração do local.

A depreciação do ativo de direito de uso ocorre pelo método linear, sendo baseada no menor período entre a vida útil do ativo e o prazo do arrendamento.

e) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O Imobilizado da empresa é o imóvel da usina de geração distribuída de energia que será depreciado em 25 anos.

f) Provisão desmobilização de ativo

A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

g) Empréstimos

Os empréstimos com terceiros e partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

A empresa não possui empréstimos gerais ou específicos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis e, portanto, os custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos, na linha de Resultado financeiro, líquido.

#### h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são apurados com base na presunção do lucro, conforme determinado pela legislação, com alíquota de 15% de Imposto de renda e adicional de 10% sobre o valor excedente de R\$ 240 da base e 9% para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto é reconhecido no resultado.

O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal e recolhido trimestralmente.

#### i) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### j) Distribuição de dividendos.

A distribuição de dividendos para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor diferente do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral e/ou Conselho de Administração.

### 4. Novas normas e interpretações, vigentes e não vigentes

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### **Alterações ao IFRS 16/ CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **Alterações ao IAS 1/ CPC26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão

sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

## **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1)**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R3)**

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Alterações à IAS 21/ CPC 02 (R2)**

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Alterações à IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e que abordam os seguintes tópicos:

- Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica;
- Classificação de ativos financeiros – termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo;
- Classificação de ativos financeiros – ativos financeiros com características sem recurso;
- Classificação de ativos financeiros – instrumentos contratualmente vinculados;
- Divulgações – investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Divulgações – termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

### **Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - Emendas à IFRS 9/ CPC 48 e à IFRS 7/ CPC 40 (R1)**

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu este documento para que as empresas possam melhor relatar os impactos financeiros dos contratos de eletricidade relacionados à natureza, que geralmente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs, na sigla em inglês).

Os contratos de eletricidade relacionados à natureza ajudam as empresas a garantir o fornecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada por esses contratos pode variar com base em fatores incontrolláveis, como as condições climáticas. As alterações na IFRS 9 e

IFRS 7 incluem:

- Esclarecer a aplicação dos requisitos de “uso próprio”;
- Permitir a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge;
- Adicionar novas exigências de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma empresa.

Essas alterações refletem o compromisso de garantir que as normas IFRS permaneçam relevantes e responsivas às necessidades do mercado. Essas emendas devem ser aplicadas para períodos de relatórios anuais após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS — Volume 11**

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado
- apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras
- melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.**

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A entidade pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório:

- for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária)
- não tiver responsabilidade pública, e
- sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A subsidiária tem responsabilidade pública se:

- seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais), ou
- detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério).

As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações financeiras separadas.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após

1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade.

A Companhia não espera que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023 (não auditado)
Caixa e bancos	83	11
Aplicações financeiras (i)	1.205	1
Total	1.288	12

As aplicações financeiras consistem em operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média 90% (90% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. De acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos. Dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber refere-se a receita de aluguel dos ativos de geração de energia solar. Sendo um saldo de R\$277 em 2024. A movimentação de clientes iniciou em 2024 seguindo a operacionalização da empresa que começou nesse mesmo ano.

## 7. ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES

O saldo de adiantamento a fornecedor refere-se a compra de máquinas e equipamentos antecipadas para garantir o contrato ativo. A baixa desse saldo para capitalização será quando o contrato for assinado e a nota emitida. Totaliza um saldo de R\$437 em 2024 e R\$4 em 2023.

## 8. IMOBILIZADO

A Composição do imobilizado é como segue:

	Prazo de depreciação (anos)	2024		2023 (não auditado)	
		Custo	Baixas	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	25	24.573	-	24.248	-
Imobilizado em andamento		-	17.255	-	17.255
Provisão para desmobilização		823	-	814	-
		<u>25.396</u>	<u>(17.255)</u>	<u>25.062</u>	<u>17.255</u>

As movimentações do imobilizado e intangível no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2024 respectivamente foram as seguintes:

	2022				
	Líquido	Adição	Baixas	Depreciação	Líquido
Imobilizado em andamento	-	17.255	-	-	17.255
Total do imobilizado	<u>-</u>	<u>17.255</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.255</u>

	2023 (não auditado)				2024 Líquido
	Líquido	Adição	Baixas	Depreciação	
Imobilizado em andamento	17.255	24.573	(17.255)	(325)	24.248
Provisão para desmobilização	-	823	-	(9)	814
Total do imobilizado	<u>17.255</u>	<u>25.396</u>	<u>(17.255)</u>	<u>(334)</u>	<u>25.062</u>

## 9. PROVISÃO DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVO

	Desmobilização de ativo
Saldo em 2023 (não auditado)	-
Adição	(824)
Pagamento	-
Atualização monetária	501
Ajuste a valor presente	(179)
Saldo em 2024	(502)

## 10. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores referem-se a operações de compra de máquinas e equipamentos para construção de ativos de geração de energia solar. Sendo um saldo de R\$77 em 2024 (R\$10.850 em 2023). A variação de movimentação de fornecedores está alinhada com o fato da empresa iniciar suas operações.

## 11. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O saldo de adiantamento de clientes refere-se ao recebimento contratual do aluguel. Sendo o saldo de R\$ 545 em 2024.

## 12. ARRENDAMENTO E DIREITO DE USO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos onde são operadas as usinas de geração distribuída de energia. O grupo reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15,24% a.a. A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características de seus contratos.

	Direito de Uso		Arrendamento	
	2024	2023 (não auditado)	2024	2023 (não auditado)
Saldo Inicial	-	-	-	-
Adição	1.534	-	1.534	-
Remensuração	-	-	10	-
Amortização	(47)	-	-	-
Juros incorridos	-	-	(55)	-
Pagamentos	-	-	(13)	-
Saldo Final	1.487	-	1.476	-

	Direito de Uso		
	Principal	Juros	Total
até 3 meses	45	(1)	44
3 a 6 meses	46	(3)	43
6 meses a 1 ano	91	(10)	81
<b>Total circulante</b>	<b>182</b>	<b>(14)</b>	<b>168</b>
até 2 anos	188	(39)	149
até 3 anos	194	(60)	134
até 4 anos	200	(81)	119
até 5 anos	206	(100)	106
mais de 5 anos	7.167	(6.367)	800
<b>Total não circulante</b>	<b>7.955</b>	<b>(6.647)</b>	<b>1.308</b>

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 03 de novembro de 2023 houve o aumento de capital social no montante de R\$ 6.398, sendo parcialmente integralizado no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota.

O capital social subscrito em 19 de setembro de 2024 é de R\$ 18.202, sendo parcialmente integralizado no valor de R\$1,00 (um real) cada quota, conforme composição a seguir:

	%	Quantidade	Valor - R\$
Matrix Comercializadora de Energia S.A.	100%	27.700.797	27.700.797
Total	100%	27.700.797	27.700.797

### 14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita de locação refere-se aos valores recebidos pela empresa em decorrência da cessão de direito de uso da infraestrutura de geração de energia solar. O reconhecimento da receita ocorre conforme os termos estabelecidos no contrato de locação, considerando o período e as condições pactuadas entre as partes. Esse modelo de negócio permite à empresa monetizar seus ativos de geração distribuída enquanto viabiliza o acesso à energia renovável para terceiros, em conformidade com a regulamentação vigente. O saldo em 2024 é R\$ 1.369.

### 15. CUSTO E DESPESA POR NATUREZA

	2024	2023 (não auditado)
Depreciação - custo	325	-
Despesas administrativas e gerais	237	1
Amortização arrendamento	13	-
Depreciação e amortização	9	-
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>1</b>

Classificados na demonstração do resultado como:

	2024	2023 (não auditado)
	2024	2023 (não auditado)
Depreciação - Custo	325	
Despesas administrativas e gerais	259	1
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>1</b>

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023 (não auditado)
Variação monetária ativa	501	
Outras receitas financeiras	63	1
	564	1
Despesas financeiras	(60)	
Outras despesas financeiras	-	(1)
	(60)	(1)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>504</b>	<b>-</b>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e na presunção do lucro ajustados pela legislação vigente. A reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é como segue:

	2024	2023 (não auditado)
Receita operacional	1.369	-
Presunção do Lucro 32%	32%	-
	438	-
Receita Financeira	13	-
Base de cálculo	451	-
Alíquota nominal	31%	-
(=) Tributos calculados à alíquota nominal	141	-
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(141)</b>	<b>-</b>

De acordo com a legislação fiscal vigente, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, mas sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### (a) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

#### Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

#### Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros.

#### Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### (b) Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos ou custo amortizado, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>Mensuração a</u>
		(não auditado)	<u>valor justo</u>
<u>Custos amortizado (ativos financeiros)</u>	1.288	12	Nível 1
Caixa e equivalente de caixa (nota 04)			

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

Conforme mencionado na nota 3 a), o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- § Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- § Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- § Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

## 19. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	2024	2023
		(não auditado)
Provisão desmobilização de ativo	(824)	-
Direito de uso arrendamento	1.487	-
	<u>663</u>	<u>-</u>

## 20. SEGUROS

A empresa faz parte do Grupo Matrix que tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 2024 as coberturas contratadas foram como segue:

Tipo	Valor da cobertura	Vigência
D&O	2.500.000	Entre 18/08/2024 e 18/08/2025
Riscos de Engenharia	230.432.404	Entre 03/08/2023 e 08/06/2025
Risco Operacional	612.684.709	Entre 02/08/2023 e 13/12/2025
Risco de construção	10.000.000	Entre 13/09/2024 e 13/09/2025
Locatícia	27.715.000	Entre 18/08/2024 e 18/08/2025

## 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de março de 2025 houve integralização de capital no valor de R\$454 consumindo o saldo que ainda falta integralizar na empresa.

Em fevereiro de 2025 foi assinado contrato de empréstimos com o BNDES no valor de R\$ 99.095 ainda não liberados como caixa na empresa.

\* \* \*